

Apêndice 1

Apêndice 1. Estatísticas Oficiais sobre Solicitações Feitas às Capitais dos Estados Brasileiros									
Capital*	Anos com Dados Disponíveis	Número de Solicitações	% de Respostas	% de Respostas Completas	% de Respostas Parciais	Tempo de Resposta (dias)	% de Negativas	Número de Recursos	Perfil do Solicitante
Aracajú	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Belém	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Belo Horizonte	2012 - 2016	778 (2703)	-	-	-	-	-	-	-
Boa Vista	2015 - 2016	80 (108)	97,5% (96,29%)	-	-	-	-	-	-
Brasília	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campo Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cuiabá	**	-	-	-	-	-	-	-	-
Curitiba	2016	1307	93,34%	-	-	-	-	11	✓
Florianópolis	2016	1041	-	-	-	-	-	-	-
Fortaleza	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiânia	2014 - 2016	257 (299)	80,54% (83,28%)	-	-	-	-	-	-
João Pessoa	2012 - 2015	416 (891)	67,54% (83,16%)	-	-	-	-	-	✓
Macapá	2015 - 2016	214 (287)	77,57% (79,09%)	-	-	-	15,42% (15,67%)	-	-
Maceió	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manaus	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Natal	***	-	-	-	-	-	-	-	-
Palmas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Porto Alegre	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Porto Velho	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recife	2015 - 2016	625 (1355)	84,96% (83,98%)	-	-	-	11,68% (7,84%)	-	-
Rio Branco	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	2016	406	-	-	-	-	-	-	-
Salvador	2015 - 2016	113 (175)	94,7% (92,35%)	92,9% (91,45%)	-	-	1,7% (1,7%)	-	✓
São Luís	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Paulo	†	-	-	-	-	-	-	-	-
Teresina	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vitória	2012 - 2015	270 (729)	100%	65% (70%)	-	8 (8,75)	4% (8,27%)	-	-

* A amostra é composta somente por solicitações enviadas ao Poder Executivo. Dados de jurisdições que receberam menos de 20 solicitações foram excluídas da tabela.

** O Portal da Transparência estava fora do ar entre os dias 17 e 21 de abril.

*** O Portal da Transparência estava fora do ar entre os dias 17 e 21 de abril.

† A página dos Relatórios Estatísticos estava fora do ar entre os dias 17 e 21 de abril.

Apêndice 2

Apêndice 2. Dados dos Solicitantes dos Estados e das Capitais - Números Disponíveis do Ano Passado e (Agregados)																			
Jurisdição	Anos com Dados Disponíveis	Número de Solicitantes	Status Legal Pessoa Física/ Pessoa Jurídica	Gênero Mulher/ Homem	Educação				Profissão						Idade				
					Nível Escolar	Nível de Graduação	Nível de Pós-graduação	Não Informado	Empregado do Setor Privado	Profissional Autônomo	Empregado de ONG	Funcionário Público	Acadêmico	Mídia	Outros	Até 20 Anos	De 21 a 40 Anos	De 41 a 59 Anos	Acima de 59 Anos
AM	2016	385	95,85% / 4,15%	-	40%	31,00%	11%	17%	-	-	-	-	-	-	-	9%	59%	16%	2% †††
DF	2013 - 2015	-	96% / 4%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MA	2015 - 2016	-	78% (88%)*	21% 21,5(%) / 54 (62%)*	11% (14,5 %)	30% (27%)	19% (20%)	40% (38,5%)	-	-	-	-	-	-	-	3% (2%)	44% (41,5%)	10% (13%)	1% (1%) §
MG	2016	3233	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MT	2012 - 2016	-	-	34,6% - 2016 / 63,4% - 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PE	2013 - 2015	-	81% (84%) / 19% (16%)	33% (35,3%) / 67% (64,7%)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SC	2013 - 2016	-	23,22% / 2,28%**	5,78% (7%) / 17,44% (15,86%)†	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TO	2012 - 2016	-	100% (100%)	58% (56,5%) / 42% (43,5%)	24% (23%)	49% (51,5%)	27% (25,5%)	-	13% (12%)	4% (4,5%)	1% (0,5%)	26% (28,5%)	31% (32%)	5% (3,5%)	20% (19%)	-	-	-	-
Curitiba	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
João Pessoa	2012 - 2015	-	-	-	9% (2016)	91% -2016	-	-	-	-	-	-	69% - 2016	-	31% - 2016	-	-	-	-
Salvador	2015-2016	-	94,7% (84%) / 5,3% (16%)	43,5% (33%) / 51,5% (49,5%)††	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

* Não Informado: 22% (12%)

** Não Informado: 74,5%

*** Não Informado: 25% (16,5%)

† Não Informado: 74,4%(77,25%)

†† Não Informado: 2% (2,5%)

††† Não Informado: 14%

§ Não Informado: 42% (42%)

Apêndice 3

Apêndice 3. Estatísticas Oficiais do Governo de Solicitações dos Estados Brasileiros*									
Estado	Anos com Dados Disponíveis	Número de Solicitações	% de Pedidos Respondidos	% de Respostas Completas	% de Respostas Parciais	Tempo de Resposta (dias)	% de Negativas	Número de Recursos	Perfil do Solicitante
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AL	2012 - 2016	1040 (2204)	-	-	-	-	-	70 - 2016	-
AM	2016	604	97%	-	-	-	3%	-	✓
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CE	2012 - 2015	5978 (11083)	100% (100%)	-	-	-	0,013% (0,01%)	-	-
DF	2013 - 2015	5846 (14223)	(99%)	-	-	-	-	-	✓
ES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GO	2015 - 2016	4724 (7820)	95% (95%)	-	-	13 (14)	-	250 (388)	-
MA	2015 - 2016	1159 (1493)	97% (98%)	-	-	-	-	77 (103)	✓
MG	2016	6196 - 2016	99,9% - 2016	91,55% - 2016	6,7% - 2016	17,2 - 2016	3% - 2016	397 - 2016	✓
MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MT	2012 - 2016	368 (716)	98,75% (99,4%)	58,7% (58,65%)	0% (0,3%)	-	17,4% (17%)	2 (16)	✓
PA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PB	2012 - 2016	914 (3934)	100% (100%)	100% (99,8%)	-	6,3 (9)	0% (0%)	-	-
PE	2013 - 2016	996 (2520)	99% (96%)	71,3% (85,2%)	0,1% (0,05%)	16 (20,3)	15,1% (11,9%)	-	✓
PI	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PR	2015 - 2016	755 (1558)	99,2% (97,2%)	-	-	-	-	-	-
RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RN	2015 - 2016	1072 (1385)	98,1% (96,4%)	-	-	-	11,6% (9,4%)	-	-
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RS	2012 - 2016	2482 (11236)	45,2% (81,2%)	-	-	18 (14)	0,5% (0,1%)	-	-
SC	2013 - 2016	982 (2810)	-	-	-	-	-	-	✓
SE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SP	2012 - 2016	17988 (65806)	98% (99,3%)	89,9% (92,5%)	0,05% (0,04%)	-	0,02% (0,02%)	50 (115)	-

* A pesquisa nos Portais da Transparência de cada jurisdição foi conduzida entre o dia 15 e o dia 25 de abril, 2017. Para os casos em que os relatórios estatísticos da LAI cobriam entre 6 e 11 meses do ano (i. e. pelo menos metade do ano, mas não o ano todo), os dados disponíveis foram generalizados.

Apêndice 4

Apêndice 4. Estados Brasileiros													
Jurisdição**	Número de Solicitações	Cumprimento*							Implementação				
		Taxa de Resposta (%) / Precisão das Respostas (%)	Tempo Médio de Resposta (em dias)	Avaliação de Transparência Ativa feita pelo PTP PTP †	EBT - CGU (2ª Edição) ††	RNT - MPF †††	Grau de Transparência Ativa Combinado	Avaliação de Regulação***	Aderência ao PBT †	Agência de Supervisão ††	Unidade da LAI Implementada ##	e-SIC implementado ###	Anos com Dados Disponíveis
AC	33	0,00%	-	1,7	3,3	5,6	3,5	4	✓	✓	-	✓	-
AL	-	-	-	7	7,9	9,8	8,0	4	-	✓	✓	-	2012 - 2016
AM	43	2.3% / 50%	10	2	1,4	7,5	4,0	-	✓	-	-	✓	2016
AP	27	0,00%	-	2,3	0	8	3,4	-	✓	-	-	-	-
BA	-	-	-	3,7	10	4,1	5,9	4	-	-	-	✓	-
CE	-	-	-	5,7	8,1	10	7,9	5	-	✓	✓	-	2012 - 2015
DF	54	68.5% / 59.4%	28,1	3,3	10	7,6	7,0	5	✓	✓	✓	✓	2013 - 2015
ES	-	-	-	3,8	10	10	7,9	-	✓	-	-	-	-
GO	20	55% / 13.6%	4	3,7	10	9,8	7,8	1	-	✓	-	✓	2015 - 2016
MA	31	29% / 100%	17	6	10	8,5	8,1	3	-	-	✓	✓	2015 - 2016
MG	53	83% / 28.4%	25,5	4	10	9,7	7,9	4	✓	-	✓	✓	2016
MS	-	-	-	4,3	2,5	9,1	5,3	3	✓	-	✓	✓	-
MT	29	48% / 100%	7	2,3	8,6	9,8	6,9	5	-	-	✓	✓	2012 - 2016
PA	53	24.5% / 0%	20	2,9	9	8,3	6,7	5	-	-	-	✓	-
PB	-	-	-	1,5	8,8	7,3	5,9	5	-	✓	-	✓	2012 - 2016
PE	-	-	-	3,7	6,7	8,8	6,4	3	-	✓	✓	✓	2013 - 2016
PI	-	-	-	3,5	8,5	8	6,7	5	✓	✓	-	✓	-
PR	25	68% / 20.6%	30	8,7	9,3	8,7	8,9	5	-	✓	✓	-	2015 - 2016
RJ	57	29.8% / 20.6%	7,8	3	7,1	8,7	6,2	2	-	-	-	-	-
RN	-	-	-	8,6	8,2	9,2	8,7	2	✓	-	-	-	2015 - 2016
RO	31	3.2% / DND #	DNA	3,3	4,4	10	5,9	5	✓	-	-	✓	-
RR	29	3.4% / DND	8	2,5	2,5	3,8	2,9	3	-	-	✓	✓	-
RS	-	-	-	4	8,9	8,6	7,1	3	✓	-	✓	✓	2012 - 2016
SC	-	-	-	5,3	6,9	9,2	7,1	3	-	-	✓	✓	2013 - 2016
SE	-	-	-	0	2,1	8,1	3,4	-	✓	-	-	-	-
SP	54	57.4% / 51.6%	32,5	4,8	10	9,7	8,2	5	-	✓	-	✓	2012 - 2016
TO	29	79.3% / 51.6%	6	5,3	10	9,8	8,4	3	✓	-	-	✓	2012 - 2016

*Resultados agregados das avaliações realizados pelo Programa de Transparência Pública (PTP-FGV), Bizzo (2015) e Velasco (2016).

** A amostra é composta somente por solicitações enviadas ao Poder Executivo. Dados de jurisdições que receberam menos de 20 solicitações foram excluídas da tabela.

*** Escala de 0 (sem regulação) a 5 (boa regulação). A taxa é uma média simples dos resultados da avaliação realizada pelo PTP (MICHENER, 2016, p.28-29). Coleta de dados: Junho, 2016.

† Avaliação realizada pelo Programa de Transparência Pública da FGV (PTP-FGV). Extraído de (MICHENER, 2016, p.58)

†† Escala BrasilTransparente pela CGU. Resultados disponíveis em:

<<http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente/escala-brasil-transparente>>

††† Índice Nacional de Transparência, ranking feito pelo Ministério Público Federal. Resultados disponíveis em: <<http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking>>

‡ Programa Brasil Transparente. Uma iniciativa realizada pela CGU de 2012. Só foi considerado quando a adesão foi realizada pelo governo do estado, pelo TCE e pela Secretaria de Transparência.

‡‡ A avaliação foi realizada em março, 2017. De acordo com a metodologia, a jurisdição terá uma agência de supervisão quando o regulamento especificar uma agência como responsável pela tarefa de "monitoramento" ou "fiscalização" de todo o governo da jurisdição ou pelo menos do Poder Executivo. Os regulamentos dos Estados do Amapá, Pará e Sergipe não foram encontrados.

DND - Dados Não Disponíveis

Dados Extraídos de (MICHENER, 2016, p.40-41)

Essa avaliação é baseada nos dados coletados em Junho, 2016, no âmbito do relatório Transparência Local no Brasil. A definição de e-Sic aqui apresentada coincide com a metodologia (p. 30) engajada no estudo anterior. Assim, quando uma jurisdição obteve 100 pontos na variável "1. Comunicação na Plataforma" e 100 pontos na variável "2.Login e Recibos", foi considerada como tendo uma estrutura e-SIC. A coleta de dados foi duplamente codificada e quando houve um conflito entre a avaliação dos codificadores, a maior pontuação foi considerada para o cálculo.

Apêndice 5

Apêndice 5. Panorama das Capitais Brasileiras									
Jurisdição**	Cumprimento*				Implementação				
	Transparência Ativa pelo PTP †	EBT (2ª Edição) ††	RNT - MPF †††	Grau de Transparência Ativa Combinado	Avaliação da Regulação***	Aderência ao PBT §	Agência de Supervisão §§	Unidade da LAI Implementada	e-SIC Implementado
Aracaju	1,5	2,2	5,2	3,0	0	-	-	-	✓
Belém	4,1	4,7	9,7	6,1	5	-	-	-	✓
Belo Horizonte	5,8	8,8	8,2	7,6	5	✓	✓	✓	-
Boa Vista	4	4,4	7,2	5,2	5	✓	✓	✓	✓
Brasília	-	-	-	-	5	✓	✓	-	✓
Campo Grande	1,4	6,8	4,1	4,1	3	✓	✓	-	✓
Cuiabá	4,2	9,2	8,5	7,3	4	-	-	✓	-
Curitiba	4,3	10	8,1	7,5	5	✓	✓	✓	-
Florianópolis	4,7	8,8	7,7	7,1	1	✓	-	✓	✓
Fortaleza	1,3	8,2	8	5,8	4	✓	✓	✓	-
Goiânia	0,7	8,3	5,4	4,8	4	✓	✓	✓	✓
João Pessoa	6,6	10	9	8,5	5	✓	✓	✓	-
Macapá	2,5	6,1	4,3	4,3	4	✓	-	✓	✓
Maceió	2	3,9	9	5,0	5	✓	✓	-	✓
Manaus	3,7	3,9	3,9	3,8	4	✓	✓	-	-
Natal	1,3	7,4	6,5	5,1	4	✓	✓	-	-
Palmas	4,2	8,2	9,3	7,2	5	✓	-	✓	✓
Porto Alegre	3,3	5,8	10	6,4	5	✓	-	-	-
Porto Velho	3,3	0	6,4	3,2	5	-	✓	✓	✓
Recife	4,4	10	8,4	7,6	2	✓	✓	✓	✓
Rio Branco	2,5	10	6,2	6,2	5	✓	✓	✓	-
Rio de Janeiro	1,6	8,6	8,5	6,2	4	-	-	-	-
Salvador	3,9	5,8	6,4	5,4	2	-	-	✓	-
São Luís	3,2	9,6	7	6,6	5	✓	-	✓	✓
São Paulo	6,2	10	9,3	8,5	5	✓	✓	✓	✓
Teresina	1,3	3,8	6,9	4	1	-	-	-	✓

* Resultados agregados das avaliações realizados pelo Programa de Transparência Pública (PTP-FGV), Bizzo (2015) e Velasco (2016).

** A amostra é composta somente por solicitações enviadas ao Poder Executivo. Dados de jurisdições que receberam menos de 20 solicitações foram excluídos da tabela.

*** Escala de 0 (sem regulação) a 5 (boa regulação). A taxa é uma média simples dos resultados da avaliação realizada pelo PTP (MICHENER, 2016, p.28-29). Coleta de dados: Junho, 2016.

† Avaliação realizada pelo Programa de Transparência Pública da FGV (PTP-FGV). Extraído de (MICHENER, 2016, p.58)

†† Escala Brasil Transparente pela CGU. Resultados disponíveis em:

<<http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente/escala-brasil-transparente>>

††† Índice Nacional de Transparência, ranking feito pelo Ministério Público Federal. Resultados disponíveis em: <<http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking>>

§ Só foi considerado quando a adesão foi realizada pelo prefeito, pela Agência Municipal de Transparência e pelo TCE e pela Secretaria de Transparência e pela Controladoria Geral.

§§ A avaliação foi realizada em março, 2017. De acordo com a metodologia, a jurisdição terá uma agência de supervisão quando o regulamento especificar uma agência como responsável pela tarefa de "monitoramento" ou "fiscalização" de todo o governo da jurisdição ou pelo menos do Poder Executivo. Os regulamentos das capitais Aracajú, Belém e São Luís não foram encontrados.